



REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
PALMAS - TOCANTINS

LEITURA TÉCNICA
INDICADORES, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO
E REVISÃO DO PLHIS

ANEXO 034

EIXO - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Instituto Municipal de
Planejamento Urbano
de Palmas



INDICADORES, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLHIS

| | |
|--|--|
| ITEM/SUB-ITEM: HABITAÇÃO | |
| TÍTULO DO DADO: Indicadores, monitoramento, avaliação e revisão do PLHIS | |
| TÉCNICO/TÉCNICOS: Lúcio M. Cavalcante Pinto | EIXO TEMÁTICO: Desenvolvimento Territorial |

INTRODUÇÃO DO DADO:

O Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, trabalhou na sua parte final, estratégias de ação, algumas formas de monitorar a aplicabilidade e efetividade. Para tanto foram definidos indicadores, formas de monitoramento e avaliação, e os momentos de revisão do PLHIS.

DADOS:

Texto: Indicadores, monitoramento, avaliação e revisão do PLHIS

1 INDICADORES, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLHIS

A definição dos indicadores habitacionais considera a importância de estabelecer padrões de referência reconhecidos e que propiciem o acompanhamento das metas físicas e financeiras estabelecidas no PLHIS de Palmas.

O déficit habitacional quantitativo e qualitativo é um dos principais indicadores, no momento inicial de aferição. São fontes para a construção do dado:

1. O Censo Demográfico 2000, as projeções de crescimento e a atualização quando da publicação dos dados do Censo Demográfico de 2010;

2. As atualizações realizadas pela SEDUH referentes à intervenção dos programas habitacionais.

Os indicadores que permitem avaliações de caráter quantitativo verificam o desempenho das ações (eficácia) e a efetividade sobre a população alvo da política habitacional. Entre eles, consideraremos:

1. Número de domicílios e famílias atendidos por programas promoção de novas oportunidades habitacionais seja pela iniciativa pública ou através de apoio à iniciativa privada;
2. Número de áreas (núcleos), domicílios e famílias atendidos por programas de urbanização, regularização fundiária, melhorias habitacionais, outros eventuais programas ou ações;
3. Acréscimo de áreas públicas constituídas como Banco de Terras;
4. Custos médios (por família ou domicílio) de urbanização, regularização fundiária, oferta de novas oportunidades habitacionais, melhorias habitacionais, aquisição e disponibilização de terras, e de outros eventuais componentes de programas ou ações.

Entre os indicadores que permitem análises de caráter qualitativo da implementação dos programas e ações do PLHIS, estão aqueles que respondem à qualidade do ambiente construído nas avaliações pós-ocupação. São importantes indicadores dessa natureza:

1. A adequação do projeto às demandas específicas e diferenciadas (ex.: deficientes, idosos e outros) e capacidade de reversão do processo de segregação sócio espacial;
2. Grau de satisfação das famílias com as mudanças ocorridas, medido através de pesquisa de opinião;
3. Grau de melhoria das condições habitacionais, urbanas e sociais das famílias e/ou domicílios atendidos;
4. Grau de participação da população nas definições das intervenções em assentamentos ou de produção de novos conjuntos.

A atualização desses indicadores deve ser anual, mas os dados e informações que o compõem podem ser alterados a partir da intervenção dos programas habitacionais.

Alguns indicadores que permitem levantar as melhorias nas condições de vida da população beneficiada devem ser aferidos antes e depois da intervenção (pela aplicação de pesquisa de campo) de maneira a permitir comparações, entre eles, quanto ao grau de satisfação da população beneficiada.

Devem ser conhecidos, ainda, indicadores de impactos indiretos à política habitacional de interesse social, entre esses:

- Mobilidade social da população, verificada através das alterações na distribuição dos rendimentos domiciliares por faixas de renda;
- Comportamento dos preços fundiários e imobiliários nas várias regiões da cidade, inclusive considerando os zoneamentos específicos (prioritariamente das ZEIS);
- Dinâmica dos lançamentos imobiliários de mercado popular na cidade;
- Movimento de licenciamento e habite-se residencial e de loteamentos de mercado popular e de habitação de interesse social

2 MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO

Ao considerar de suma importância a disponibilização de informações atualizadas sobre a realidade habitacional do município de Palmas aos agentes envolvidos com a questão habitacional, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social prevê mecanismos de avaliação e monitoramento das ações habitacionais, adequados aos objetivos da política habitacional do município, tendo como elementos de referência as diretrizes e metas estabelecidas pelo PLHIS.

Cabe ao monitoramento, enquanto processo de acompanhamento da aplicação do Plano, apontar subsídios para sua avaliação. Os mecanismos de avaliação no Plano consideram, sobretudo, a verificação dos resultados em relação às metas propostas. Nesse sentido, um dos objetivos da avaliação é identificar possíveis obstáculos para se atingir os resultados pretendidos, possibilitando além da mensuração de qualidade das intervenções, ajustes nos processos desenvolvidos.

A avaliação e o monitoramento requerem do uso de indicadores, que estabelecem relações de “valores” em diferentes momentos de análise (ou medição), permitindo mensurar a evolução de uma meta. Os indicadores permitem a construção de padrões de desempenho das ações, mensurando o quanto seus objetivos foram alcançados (eficácia), o nível de utilização de recursos (eficiência) ou as mudanças operadas no estado social da população alvo (impacto).

O acompanhamento das diretrizes e metas do PLHIS tem como objetivos:

1. Instrumentalizar a gestão da política habitacional e urbana, permitindo que os processos de tomadas de decisão se apóiem na mensuração de desempenho e resultado;
2. Dimensionar o impacto da política habitacional de interesse social na diminuição do déficit e da inadequação habitacional;
3. Levantar o nível de atendimento das necessidades habitacionais (déficit e inadequação habitacional e crescimento da demanda), de aplicação de recursos físicos e financeiros, através dos programas, projetos e ações implementadas pelo governo municipal e pelos demais agentes da produção habitacional no município.
4. Acompanhar a conjuntura socioeconômica e o comportamento do mercado imobiliário nos aspectos que impactam a oferta e o acesso à habitação pela população-alvo da política habitacional.
5. Avaliar a capacidade da política habitacional, em atender às demandas sociais, no que se refere a diminuir a vulnerabilidade habitacional, a segregação e a desigualdade socioespacial.

ESTRUTURAÇÃO DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLHIS

O monitoramento e avaliação são instrumentos da Política Municipal de Habitação de Palmas conforme definidos neste Plano. Sua implementação requer constituir uma estrutura organizacional, que permita a utilização dos indicadores de forma sistêmica, e equipe técnica, formada por funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, possa desempenhar as seguintes atribuições:

- Atualizar e sistematizar informações relativas ao diagnóstico local e às ações em habitação no município;
- Estabelecer um fluxograma de “alimentação” de informações das variáveis que compõem a Política Municipal de Habitação de Palmas, articulando os dados do conjunto dos órgãos e setores da municipalidade responsáveis pela implementação das ações em habitação;
- Buscar, junto a organismos externos à municipalidade responsáveis pelo fornecimento de informações e pela construção de indicadores, tais como o IBGE, a FJP, a Fundação SEADE, a padronização dos conceitos e dos indicadores utilizados.

MOMENTOS DE AVALIAÇÃO E REVISÃO

Os indicadores devem ser objetos de contínuo monitoramento e acompanhamento, no entanto, a sistematização dos dados para acompanhamento do desenvolvimento dos programas e metas do PLHIS, se dará:

- **Anualmente:** será elaborado um Relatório de Monitoramento e Avaliação do PLHIS;
- **A cada 4 anos:** elaboração de Relatório Quadrienal de Monitoramento e Avaliação do PLHIS.

Os momentos de avaliação da PHMP e do PLHIS devem coincidir com o período de elaboração do Plano Plurianual - PPA, que se dá no primeiro ano de cada gestão de governo. Assim, considerando que o período de vigência do PLHIS será até 2020, preveem-se como períodos de avaliação e revisão os anos de 2012 e 2016.

A periodicidade do acompanhamento da gestão e da prestação de contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social deverá ser:

- **Semestralmente:** Relatório de Gestão.
- **Anualmente:** Relatório de Prestação de Contas do Fundo para apresentação ao Conselho Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Interesse Social.

As atribuições de monitoramento e avaliação e revisão, bem como a produção dos relatórios referentes as essas atividades, ficam por responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, através de uma equipe técnica multidisciplinar composta por um integrante de cada Diretoria Técnica, ficando a cargo da Diretoria Técnica de Engenharia a coordenação desses Relatórios.

Fonte: Plano Local de Habitação de Interesse Social de Palmas – PLHIS. Prefeitura de Palmas, 2010.

CONTRIBUIÇÕES TÉCNICAS:

| | |
|------------------------------------|--|
| 01 | O Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, acabou não sendo apreendido pelo poder público e pela sociedade, sendo desconhecido o seu conteúdo, metas e programas. Os dados levantados durante sua elaboração transmitem de maneira bastante clara as problemáticas habitacionais do município, bem como as formas de enfrentamento, quais ações a ser dada a devida prioridade, etc. O PLHIS necessita ser incorporado ao planejamento das secretarias afins à temática de HIS, passando pela constante análise dos Indicadores, monitoramento, avaliação, atualização e revisão. |
| Referências Bibliográficas: | |

Palmas, 10 de maio de 2017.

Lúcio Milhomem Cavalcante Pinto
Arquiteto e Urbanista / Matrícula 31.797